

Justice “fiel da balança” anuncia aposentadoria da Suprema Corte

O juiz Anthony Kennedy, da Suprema Corte dos Estados Unidos, anunciou nesta quarta-feira (27/6) que vai se aposentar. Em carta enviada ao presidente Donald Trump, Kennedy avisou que fica no cargo até o dia 31 de julho, quando assumirá o status de membro sênior da corte. Nos EUA, o cargo de juiz da Suprema Corte é vitalício ou até o ocupante da cadeira pedir para deixá-la.

Na [carta](#), o *justice*, como são chamados os membros da Suprema Corte, pediu licença para “expressar minha profunda gratidão por ter tido o privilégio de buscar, em cada caso, como saber, interpretar e defender a Constituição e as leis que sempre devem conformidade aos seus mandamentos e promessas”.

A aposentadoria dá a Trump a oportunidade de consolidar a maioria republicana na Suprema Corte. Diferentemente do Supremo Tribunal Federal brasileiro, a Suprema Corte dos EUA é nitidamente dividida pela ideologia de seus integrantes, que costuma seguir a tendência dos presidentes que os indicaram. Kennedy era uma exceção: nem sempre seguia a orientação política do Partido Republicano, ao qual pertencia Ronald Reagan, presidente que o indicou, em novembro de 1987. Muito por causa dele, as decisões do tribunal ficam em cinco a quatro a favor do posicionamento liberal.

Kennedy tem 81 anos e está no tribunal desde 1988. Embora tenha sido escolhido por um presidente que se tornou ícone do conservadorismo norte-americano, Kennedy era considerado o voto “pendular”, que funcionava como meio-termo entre os posicionamentos liberais e conservadores — por isso era chamado de “o juiz mais importante da composição” pelo jornal *Washington Post*.

Era o principal representante do que a doutrina norte-americana chama de “voto pivotal”, ou o posicionamento que costuma conduzir o voto da maioria — na Suprema Corte dos EUA, os juízes não declaram votos individuais, mas o presidente da corte anuncia a posição do tribunal, conforme o posicionamento da maioria dos integrantes, de acordo com votos colhidos em sessões secretas.

Swing vote

Kennedy é chamado pela comunidade jurídica norte-americana de *swing justice* ou de *swing vote*, algo como juiz ou voto pendular. Ele foi, por exemplo, o voto a favor do fim dos limites de doações a campanhas eleitorais por associações e empresas, caso conhecido como *Citizens United* e considerado uma grande vitória do Partido Republicano, com maior apelo corporativo e menor apelo popular que o Partido Democrata.

Também foi dele o voto que conduziu o entendimento do tribunal quando foi declarada inconstitucional a recontagem de votos das eleições de 2000, consagrando a vitória do republicano George W. Bush contra o democrata Al Gore.

Mas Kennedy também votou pela inconstitucionalidade de uma lei do Missouri que definia o início da vida no momento da concepção, obrigando mulheres que quisessem fazer abortos a ter autorização de médicos. Com isso, o tribunal basicamente reconheceu a existência do direito ao aborto, conforme descreveu o site *Scotus Blog*, especializado na cobertura da Suprema Corte.

O *justice* também conduziu, em 1996, o entendimento do tribunal quando foi declarada inconstitucional uma lei do Colorado que permitia a estabelecimentos comerciais discriminar clientes conforme a orientação sexual — entendimento revisto recentemente pelo tribunal. Foi de Kennedy também o voto fundamental pela inconstitucionalidade de uma lei do Texas que criminalizava relações sexuais entre adultos do mesmo sexo.

Interpretação constitucional

Kennedy não foi a primeira escolha de Reagan para o cargo, conta o *Scotus Blog*. Antes dele, o ex-presidente indicara o ícone conservador Robert Bork e o juiz federal Douglas Ginsburg. Este retirou sua nomeação após ser revelado que ele fumou maconha depois de adulto, o que não pegou bem para um autodeclarado conservador.

Bork foi rejeitado pelo Senado dos EUA, num dos mais conhecidos episódios da fábula jurídica norte-americana. Juiz federal e autor de diversos livros e teses, Bork era um defensor do que, nos EUA, se denomina “originalismo” ou “textualismo”. Em linhas gerais, prega que o Judiciário não pode criar, emendar ou rejeitar leis, mas apenas declará-las ou não inconstitucionais conforme a intenção original da Constituição, promulgada em 1787, e de suas emendas.

Quando Kennedy foi indicado, Reagan chegou a declarar que ele era “um verdadeiro conservador”, embora depois tenha confessado que a escolha tenha vindo porque o juiz era bem-visto “por senadores das duas matizes partidárias”, segundo reportagem da jornalista Amy Howe publicada em seu blog, *Howe on the Court*, também especializado na cobertura da Suprema Corte.

Disputa acirrada

De acordo com o *New York Times*, Trump já avisou que não deve indicar juízes “pró-vida”, como são conhecidos os defensores da legalização do aborto, nem juristas de perfil liberal. Portanto, a expectativa é que a indicação seja de um nome intimamente ligado ao Partido Republicano e defensor de ideias conservadoras.

Mas, conforme preveem os jornais dos EUA, a disputa será quente, dada a importância de “juízes pendulares” como é Kennedy e como foi a juíza Sandra Day O’Connor, aposentada em 2006.

Também diferentemente do que acontece no Brasil, não é raro que o Senado dos EUA rejeite indicações à Suprema Corte. A aprovação do hoje *justice* Neil Gorsuch, única indicação de Trump, por exemplo, se deu “na marra”, conforme [reportagem](#) da **ConJur**.

Até Gorsuch ser aprovado, a regra tradicional do Senado era que indicações para a Suprema Corte teriam de ser aprovadas por dois terços dos senadores. Era uma regra de 130 anos que servia para forçar os presidentes a indicarem nomes de consenso, evitando “juízes extremistas”.

Para aprovar Gorsuch, os senadores republicanos conseguiram derrubar a regra, estabelecendo que a indicação pode ser aprovada por maioria simples dos votos (51 dos 100 senadores).

Date Created

27/06/2018